

REPÚBLICA CHECA

REPÚBLICA CHECA

Chefe de Estado:	Václav Klaus
Chefe de Governo:	Petr Nečas
Penal de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	10,5 milhões
Esperança média de vida:	77,7 anos
Taxa de mortalidade – menores de 5 anos:	3,5 por 1000

Manifestações anti ciganos organizadas por grupos políticos de "extrema-direita" no norte do país resultaram em confrontos com a polícia. O governo continuou sem resolver o problema da discriminação dos ciganos na educação, apesar de um veredicto do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem nesse sentido.

Discriminação – Ciganos

Em março, o Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa denunciou que a retórica racista e anti ciganos continuava a ser comum entre os políticos, tanto ao nível nacional como local. Tanto o Comissário como o Comité dos Direitos da Criança da ONU manifestaram preocupação com a perpetuação da segregação sistémica e ilegal de crianças ciganas na educação.

Racismo e ataques violentos

■ Na sequência de tensões entre ciganos e não-ciganos em Nový Bydžov, na região de Hradec Královén, o presidente da câmara local afirmou em novembro de 2010 que "os cidadãos... querem que os ciganos desapareçam. Mas... [a]s mãos do governo local estão atadas pela lei". Representantes do Partido da Justiça Social dos Trabalhadores saudaram os comentários do presidente da câmara e anunciaram estar disponíveis para ajudar o município. A 12 de março, o partido organizou uma marcha em Nový Bydžov. Três ciganos foram atacados pelos manifestantes. As ONG manifestaram preocupação relativamente aos relatos de uso excessivo da força pela polícia sobre contra-manifestantes pacíficos, que tentaram bloquear a passagem dos participantes na marcha pelo bairro de maioria cigana.

■ Em março, o Tribunal Superior confirmou a decisão do Tribunal Regional de Ostrava, que considerou quatro homens culpados dos crimes de tentativa de homicídio com motivação racista e danos à propriedade relacionados com um ataque com fogo posto contra uma família cigana de Vítkov, em 2009. Os réus recorreram da decisão do Tribunal Superior para o Supremo Tribunal em julho. Em dezembro, o Supremo Tribunal rejeitou o recurso.

■ A 11 de julho, ocorreu um ataque com fogo posto em Býchory, na Boémia Central. Não houve feridos. Um porta-voz da polícia disse à comunicação social que os perpetradores tinham passado pelo bairro a gritar palavras de ordem racistas. Poucas horas depois, a polícia deteve quatro indivíduos. O procurador regional acusou um dos

suspeitos de tentativa de causar danos corporais graves por motivos racistas. Os três restantes foram acusados de violência contra um grupo de pessoas ou indivíduos.

■ Em agosto, na sequência de dois incidentes entre ciganos e não-ciganos, grupos políticos de "extrema-direita" incluindo o Partido da Justiça Social dos Trabalhadores levaram a cabo várias manifestações contra os ciganos nas localidades de Nový Bor, Rumburk, Varnsdorf e Šluknov, na Boémia do Norte. Os protestos, marcados por violentos confrontos entre manifestantes e a polícia, continuaram até ao final de setembro. Foram mobilizadas unidades especiais de polícia para garantir a ordem pública. Altos responsáveis, incluindo o presidente, condenaram a violência contra os ciganos e o porta-voz da polícia garantiu que aquela força estava preparada para travar os abusos com motivação racista.

Numa reação ao aumento da tensão entre ciganos e não-ciganos na região de Šluknov, o ministro do Interior encontrou-se com os presidentes das câmaras da região a 8 de novembro. O ministro anunciou a criação de uma unidade especial de polícia de ordem pública. O primeiro-ministro disse que as tensões eram resultado de políticas de segurança social excessivamente generosas e que o Estado não devia ajudar "preguiçosos e delinquentes" que vivem à custa de subsídios.

Educação

Cerca de 50 peritos de várias ONG, académicos e membros de agências governamentais demitiram-se em maio dos seus grupos de trabalho no Ministério da Educação. As demissões visaram protestar contra a falta de financiamento governamental suficiente para implementar o Plano Nacional de Ação para uma Educação Inclusiva e pela ação retrógrada do governo na implementação das reformas necessárias. O grupo alegou que permanecer no cargo era equivalente a participar numa "farsa" destinada a esconder a inação das autoridades.

O governo continuou a ser também criticado pela sua recusa em implementar o veredicto do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem no caso *D.H. e Outros v. República Checa*, no qual o Tribunal considerou que o Estado tinha discriminado os alunos ciganos no acesso à educação. O veredicto exigia que a República Checa adotasse medidas para evitar a discriminação e compensar os seus efeitos. Em maio, o governo aprovou emendas aos decretos sobre a prestação de serviços de aconselhamento em escolas e sobre a educação de crianças, alunos e estudantes com necessidades educativas especiais. Estas emendas entraram em vigor a 1 de setembro. Contudo, as ONG locais manifestaram preocupação por as emendas não introduzirem o robusto quadro legal necessário para implementar o veredicto. Além disso, o Comité CERD afirmou em agosto que os decretos emendados eram, com efeito, suscetíveis de reforçar a discriminação.

Na sequência de uma revisão em junho, o Comité de Ministros do Conselho da Europa exortou o governo a acelerar a implementação do Plano Nacional de Ação e fornecer informações precisas sobre o seu estado atual. O Comité notou ainda com preocupação que muito continuava por fazer para garantir que as crianças ciganas não fossem alvo de discriminação no sistema educativo.

Habitação

■ Em agosto, o Tribunal Regional de Praga rejeitou duas queixas de discriminação étnica e segregação de ciganos no acesso à habitação. As queixas diziam respeito ao caso de famílias ciganas da localidade de Kladno que tinham sido expulsas pelo município e realojadas em habitações desadequadas num antigo matadouro afastado da localidade. O Tribunal considerou que o realojamento das famílias não constituía segregação ou discriminação e não pediu ao município para explicar porque é que só famílias ciganas foram realojadas naquele local. A ONG Zšvůle práva, que representa os ciganos, recorreu da decisão para o Tribunal Superior.

Esterilização forçada de mulheres ciganas

■ Em junho, o Supremo Tribunal considerou que o Tribunal Superior de Olomouc, Moravia, devia rever o caso de uma mulher cigana que foi alegadamente esterilizada sem o seu consentimento informado. O Supremo Tribunal discordou da decisão do tribunal inferior, que considerara que a vítima de esterilização não tinha direito a compensação porque o caso tinha prescrito.

Direitos dos migrantes

Em janeiro entrou em vigor legislação prolongando o período máximo de detenção de imigrantes até 18 meses, causando grande preocupação pelo facto de cidadãos estrangeiros poderem ser detidos por períodos prolongados apenas por motivos ligados à imigração. Em julho, o Ministério do Interior apresentou uma versão provisória sobre a nova Lei de Permanência de Estrangeiros. A versão provisória mantinha o período máximo alargado de detenção de imigrantes. Além disso, o Provedor dos Direitos Humanos manifestou preocupação por a versão provisória, se fosse aprovada e implementada, consagrar um sistema discriminatório de dois níveis para os cidadãos checos e para os seus familiares oriundos de países fora da UE.

■ Vieram a público alegações credíveis sobre tráfico de trabalhadores migrantes estrangeiros e fraude na indústria florestal, onde as pessoas eram obrigadas a trabalhar até 12 horas por dia sem serem pagas. Em alguns casos não foi pago qualquer salário, frequentemente durante vários meses. A investigação policial a estas alegações prosseguia no final do ano, mas o seu ritmo e eficácia causou preocupação. As empresas florestais checas continuaram a recrutar novos trabalhadores para a época de 2011.

Visitas/Relatórios da Amnistia Internacional

🏠 Uma delegada da Amnistia Internacional visitou a República Checa em julho.

📄 Czech Republic: Police fails to protect the Roma of Nový Bydžov (EUR 71/002/2011)

📄 Czech Republic: Submission to the Committee of Ministers of the Council of Europe on *D.H. and Others v. the Czech Republic* (EUR 71/005/2011)

📄 Czech Republic: Joint statement – Committee of Ministers fails Romani children in Czech Republic (EUR 71/006/2011)